

4

Uma possível distinção entre ato e ação - delimitação da noção de ato em psicanálise

Até o momento vimos utilizando indistintamente os termos ato/ação para designar e enfatizar a atividade inerente à fala. Agora gostaríamos de propor com maior rigor uma possibilidade de distinção entre ambos, numa tentativa de denotar a especificidade desta atividade para a psicanálise. É importante deixar claro que tal distinção não é encontrada de forma explícita nem no texto freudiano, nem em Austin.

Para nos auxiliar na introdução deste tema nos detenhemos um pouco numa colocação feita por Lacan em um de seus famosos seminários:¹ “A psicanálise, espera-se, pelo menos em princípio, supõe-se, ao menos pelo fato de que vocês estão aí para me ouvir, que a psicanálise, isso faz alguma coisa.” (1967/68, p.03) Mas o que faz a psicanálise? Lacan faz esta colocação na primeira aula de uma série que versará sobre o ato psicanalítico. E ele lança as seguintes perguntas:

O que é o ato psicanalítico a este título? (...) Será o ato psicanalítico a sessão, por exemplo? Posso perguntar em que consiste? Em que tipo de intervenção? Já que, em todo o caso, não se redige uma prescrição. O que é o ato propriamente dito? Será a interpretação? Ou será que é o silêncio? Ou o que quer que seja, que vocês queiram designar, nos instrumentos da função... (Lacan, 1967/68, p.05)

Estas indagações de Lacan nos conduzem muito adequadamente ao problema que queremos abordar neste momento. Sentimos a necessidade de esmiuçar qual a especificidade do ato em psicanálise e para isto nos apoiaremos mais uma vez nos estudos da linguagem.

Por meio dos estudos da pragmática pudemos inferir uma distinção entre dois níveis nos quais a atividade da linguagem pode ser considerada: no nível de *ato* e no nível de *ação*. Esta distinção nos parece perfeitamente transponível ao campo da clínica, nos permitindo discriminar práticas clínicas que trabalham na esfera do ato, enquanto outras na esfera da ação.

¹ Apesar de não termos abordado o ensino de Lacan em nosso trabalho, as passagens aqui citadas, provenientes de seu seminário sobre o Ato Psicanalítico são enriquecedoras para o desenvolvimento de nossa argumentação e por isso optamos por incluí-las.

Uma das bases teóricas que podemos apresentar para a distinção que estamos propondo entre *ato/ação* se encontra no livro *Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*, do lingüista Oswald Ducrot (1977). Neste, ele apresenta uma interessante distinção para o que chama de ação jurídica e ato jurídico. Tanto a ação quanto o ato jurídico, se caracterizam por produzir uma transformação das relações legais entre os indivíduos envolvidos. No entanto, no caso da ação jurídica as transformações estão submetidas a uma série causal, a um processo, poderíamos dizer. Um exemplo dado pelo autor é a qualificação de uma ação como criminosa, diz ele: “a situação jurídica de culpabilidade definidora do crime decorre aparentemente de outras conseqüências da atividade descrita: a atividade é considerada como punível porque prejudica a outrem, à ordem, à sociedade... etc.” (Ducrot, 1977, p.87). Ou seja, envolve toda uma análise da situação. Já o ato jurídico, ocorre quando a transformação é imediata e inerente à própria atividade; Ducrot fala em “efeito primeiro” da atividade. Por exemplo, no proferimento de uma sentença por um juiz, ocorre um ato jurídico na medida em que nada se intercala entre a fala do juiz e a transformação do réu em condenado, já que é a fala (o enunciado) que condena.

Como vimos, o ponto comum entre a ação e o ato jurídico é produzir uma transformação, sendo que esta se dá de forma distinta em cada caso. Por este viés, podemos aproximar esta discussão ao campo da clínica. Temos como um pressuposto que toda clínica visa uma mudança, e esta pode ser concebida de várias maneiras – mudança de comportamento, mudança de posição subjetiva, tomada de consciência, etc. No entanto, a forma como cada uma entende e busca atingir mudanças, marca uma diferença crucial entre elas. A partir disso, consideramos que existem práticas clínicas cujas mudanças são obtidas de maneira semelhante ao que Ducrot descreveu como ação jurídica, enquanto em outras as mudanças se dão de forma análoga ao ato jurídico.

Para as primeiras (semelhantes à ação jurídica), a clínica seria um meio para a consecução de fins e intenções definidas. Baseando-nos num texto de Renato Mezan (1995) intitulado “Psicanálise e Psicoterapia”, podemos dizer que elas se aproximam do que este autor designou *psicoterapias*. Estas se caracterizam por tomar como objeto o ego ou funções egóicas, tendo por finalidade uma modificação no nível dos sintomas (eliminação ou alívio). Para alcançar esta mudança deve-se elaborar um foco da problemática, em torno do

qual serão adotados pelo terapeuta determinados métodos de intervenção, ou seja, a mudança é o resultado de um determinado processo.

Nosso interesse, entretanto, se volta para a definição de ato jurídico, no qual a transformação é imediata, e para a ênfase dada nestes casos ao papel da linguagem como agente transformador. A psicanálise é mais afim com este ato de fala. Nela, as mudanças subjetivas que se produzem se dão no decorrer da análise sem que haja um caminho definido para isso. A mola propulsora é a palavra, tanto do analista como do analisando, cujas falas desempenham um papel eminentemente performativo. À semelhança do proferimento de uma sentença por um juiz, uma interpretação do analista ou as próprias associações do analisando podem ter efeitos transformadores; elas são *atos de fala*, conforme Austin nomeou. Sendo assim, podemos dizer que a clínica psicanalítica se configura no nível do ato.

Como podemos observar, o ato de que estamos tratando é algo bem distante de uma simples atividade motora. Lacan é enfático ao dizer: “Estamos então seguramente em uma postura de não podermos situar o ato nesta referência, nem à motricidade, nem à descarga”. (Lacan, 1967/68, p.7) O autor chama a atenção para a ambigüidade deixada na base conceitual da psicanálise entre motricidade e ato e atribui a Freud uma parcela de culpa para tal fato. Em *Psicopatologia da Vida Cotidiana* ele enfatiza as relações da linguagem e das ações equivocadas com o plano motor, dando margem à equiparação entre ato e motricidade.

No entanto, no lugar de valorizar esta referência ao campo motor, podemos enfatizar o fato de ambas pertencerem ao campo do sentido, o que também está explícito no belo texto freudiano. Para Lacan, tanto as ações equivocadas, quanto as casuais ou sintomáticas tratam de uma dimensão que ele colocou como constitutiva do ato, a saber, sua dimensão significante. O autor considera que nada é introduzido nesses capítulos do livro referente ao ato que não seja isto: que ele é colocado como significante.

Segundo Lacan a dimensão da função do ato que interessa à psicanálise é a de pura evidência e envolve o engajamento. Como exemplo de ato, ele coloca a situação de uma pessoa decidir fazer análise:

É, afinal, algo que merece o nome de ato decidir-se, com tudo o que isto comporta, decidir-se a fazer o que chamamos uma psicanálise. Essa decisão comporta um certo engajamento. Todas as dimensões que ordinariamente são aceitas, no uso comum, no emprego corrente dessa palavra ato, nós as encontramos aí. (Lacan, 1967/68, p.04)

E para contrapô-lo à noção de motricidade ele diz:

Se posso caminhar aqui de um lado para outro, falando a vocês, isso não constitui um ato, mas se um dia ultrapassar um certo limiar onde me coloque fora da lei, esse dia minha motricidade terá valor de ato. (Lacan, 1967/68, p.08)

Por isso, é importante reforçar que quando afirmamos que a fala é ação não queremos marcar sua função motora; tal afirmativa envolve toda esta conotação que acabamos de esboçar sobre o ato. Austin deixa bem claro ao dizer:

A expressão ‘um ato’ não está sendo usada, de modo algum, para aludir apenas ao ato físico mínimo. O fato de podermos incluir no próprio ato uma gama indefinidamente extensa do que se poderiam chamar ‘conseqüências’ do ato é, ou deveria ser, um ponto pacífico fundamental da teoria da nossa linguagem acerca de toda a ‘ação’ em geral. (Austin, 1990, p. 93)

Em Forrester (1990), encontramos uma sintonia com este pensamento. Neste livro, isso já fica explícito no próprio título de um dos capítulos: “O que o psicanalista faz com as palavras: Austin, Lacan e os atos de fala da psicanálise”. Neste capítulo, o autor faz uma análise da função da fala na sessão analítica tendo como pano de fundo a teoria dos atos de fala de Austin, a qual considera surpreendentemente convergente com as idéias de Lacan² sobre a fala: performativos e fala fundadora.

Isso não apenas ajuda a entender a *ação* que se espera da fala em geral (e a transformação do paciente que é projetada a partir dessa ação) como também nos dá uma idéia mais satisfatória da interpretação de transferência. O analista (...) procura abrir caminho para a fala plena, fala que transforma o falante no ato mesmo de dizer. (Forrester, 1990, p.96 – grifos no original)

Nesta passagem, percebemos a idéia de que a fala é ação e esta ação sempre implica uma transformação: para Forrester, esta idéia central está presente tanto em Austin quanto em Lacan. Ambos recusam uma concepção funcionalista e descritivista da linguagem, entendendo-a como ato e ressaltando seu caráter contratual.

² O autor se baseia principalmente nas idéias contidas no texto *Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise* (1953).

Em Austin, vimos que tanto o sujeito do proferimento quanto o ouvinte sofrem uma transformação que é imediata à produção do ato. A concepção de Lacan de “fala fundadora” está em plena sintonia com esta atribuição: “uma forma arquetípica de nomear o outro que é também uma transformação do sujeito. A fala fundadora transforma ambas as partes no ato do proferimento.” (Forrester, 1990, p.110) Um exemplo retirado do próprio Lacan – “és minha mulher” – denota com bastante clareza a mudança de estatuto tanto do falante quanto do ouvinte no momento desta enunciação.

Esperamos ter clarificado a noção de ato com a qual estamos trabalhando. Nosso próximo passo será atentar para a performance desses atos em jogo na própria clínica psicanalítica. Para tanto, a próxima seção será dedicada aos atos de fala pelo lado do analisando e o capítulo final tratará dos atos de fala do analista.

4.1

O discurso do analisando como ato de fala³

A transferência pode ser entendida como o palco onde atos de fala se produzem na clínica psicanalítica. Ela é o nome que se dá à “transformação do falante e do ouvinte no correr do processo analítico”. (Forrester, 1990, p. 119) Tendo sempre em vista que a transferência permeia toda fala na clínica, fazendo com que tudo o que é dito pelo analisando seja sempre um agir, vamos desenvolver agora um estudo dos atos falhos e em seguida uma apreciação do discurso perverso a partir de uma perspectiva pragmática da linguagem.

4.1.1

Ato falho: a palavra em ação

No primeiro capítulo, ressaltamos que a teoria dos atos de fala produziu transformações na forma de se conceber a linguagem; dissemos também que estas

³ É importante deixar claro que não estamos utilizando o termo “discurso” na acepção dada por Lacan. Quando falamos em discurso, estamos nos referindo a tudo aquilo que é dito pelo analisando, incluindo aí todos os aspectos deste dito: o que é dito, a maneira como é dito, por que é dito; lembrando que é um discurso investido de desejo.

transformações corroboravam nossa perspectiva de que esta teoria serve muito adequadamente às questões psicanalíticas, onde a linguagem é permeada pelo desejo, e o sujeito que fala é sujeito do inconsciente. O que faremos agora é justificar nossa perspectiva nos baseando para isso nas formulações de Freud sobre os atos falhos, tão freqüentes na vida das pessoas e que podem ser valiosos quando se dão em análise.

Para pensar o estatuto do ato em psicanálise somos obrigatoriamente conduzidos a um estudo sobre os atos falhos. Através das considerações feitas por Freud no livro *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, vamos empreender uma leitura do mesmo, valorizando os aspectos que, a nosso ver, dão corpo a uma perspectiva performativa da linguagem.

As divisões feitas no livro (lapsos de fala, de escrita, esquecimentos, equívocos na ação) são apenas descritivas e didáticas – todos são atos falhos e possuem uma identidade interna, o que, segundo Freud, é indicado pela própria língua alemã – todos começam com o prefixo “*ver*”⁴.

A explicação dada por Freud para estes fenômenos se baseia na tese do determinismo psíquico, segundo a qual

Certas insuficiências de nosso funcionamento psíquico (...) e certos desempenhos aparentemente não intencionais, revelam, quando a eles se aplicam os métodos de investigação psicanalítica, ter motivos válidos e ser determinados por motivos desconhecidos pela consciência. (Freud, 1996[1901], p.237)

Assim, não haveria no psiquismo nada que fosse arbitrário ou indeterminado, sendo o ato falho considerado mais um efeito da atividade do inconsciente. Em uma das passagens do texto Freud diz que é preciso “(...) preparar o terreno para o pressuposto necessário da existência de processos anímicos inconscientes, mas ainda assim eficazes”. (Freud, 1996[1901], p.266)

O texto sobre ato falho parece ser o momento mais nítido em que Freud atenta para a ação que a fala realiza. Talvez seja o exemplo que melhor ilustre, na psicanálise, a idéia da linguagem como ação. Acreditamos que apoiados pela teoria dos atos de fala de Austin, podemos enriquecer a maneira de conceber este fenômeno lingüístico, sem desconsiderar as postulações freudianas – muito pelo contrário, pois é delas que partiremos.

⁴ O prefixo “*ver*” em alemão se assemelha ao prefixo “*mis*” em inglês, que indica alguma ação equivocada. Por exemplo, “*misread*”(ler erroneamente).

No trabalho terapêutico, para resolver e eliminar sintomas neuróticos Freud se depara com a tarefa de descobrir pelos *ditos* e *associações* aparentemente casuais dos pacientes, conteúdos de pensamento que se esforçam por permanecer ocultos, mas que, não obstante, denunciam-se inadvertidamente de várias maneiras. Uma das maneiras mais comuns são os lapsos da fala. Portanto, tanto a clínica psicanalítica se apóia na fala como seu mais importante recurso, como o inconsciente através dela encontra mais uma forma de atuar, sempre em busca de satisfação.

Seguindo os objetivos de nosso trabalho, daremos maior atenção aos lapsos da fala, pois através deles a linguagem exhibe claramente sua performatividade.

Os lapsos da fala, segundo Freud, podem possuir dois modos de formação: 1- a perturbação da fala que se manifesta no lapso pode ser causada pela influência de outro componente do mesmo dito (por antecipação ou preservação do som) ou por outra formulação das idéias contidas na frase ou no contexto que se tenciona enunciar; 2- a perturbação pode resultar de “influências externas à palavra, frase ou contexto e provir de elementos que não se pretende enunciar e de cuja excitação só tomamos conhecimento justamente através da própria perturbação”. (Freud, 1996[1901], p.69) Em comum, existe o fato da simultaneidade da excitação e o que diferencia é situar-se a origem da perturbação dentro ou fora da frase ou contexto.

Difícilmente alguma perturbação da fala se deva exclusivamente ao que Wundt chamou de “efeito de contato dos sons” ou apenas à desatenção. Freud sempre aponta uma influência perturbadora que provém de algo externo ao enunciado pretendido. Tal influência permanece inconsciente, mas manifesta-se no lapso. Todavia, geralmente só ascende à consciência por uma análise posterior e detalhada.

Vale aqui uma rápida digressão para comentar a interessante análise que Mezan (1998) faz ao considerar que a desqualificação da atenção como elemento de produção dos atos falhos é mais uma prova do antiempirismo de Freud. Isto porque, de acordo com uma tese empirista, a atenção seria a mola mestra da experiência: sendo o sujeito tabula rasa e o objeto exterior a ele, a inscrição do objeto no sujeito se explica pela atenção. A noção de experiência muda

completamente de sentido se pensada pela ótica da psicanálise, para a qual o sujeito é sujeito do inconsciente, constituído pelo desejo.

Como vimos, Austin aponta um conjunto de coisas que fazemos ao dizer algo: realizamos um ato locucionário (dizer algo com determinado sentido e referência, ou seja, algo que tenha significado); realizamos um ato ilocucionário (dizer algo que tem uma força, sendo sempre convencional); realizamos um ato perlocucionário (produzidos porque dizemos algo, o ato de dizer algo produz efeitos sobre o ouvinte). O autor diz:

Todas essas três classes de “ações” estão sujeitas, simplesmente por serem ações, às dificuldades e reservas costumeiras que consistem em distinguir uma tentativa de um ato consumado, um ato intencional de um não-intencional, e coisas semelhantes. (Austin, 1990, p.95)

Já que os atos destes três tipos consistem na realização de ações, é necessário levar em conta os males que podem afetar toda e qualquer ação. Devemos estar preparados sistematicamente para distinguir entre ‘o ato de fazer x’, isto é, realizar x, e ‘o ato de tentar fazer x’. Por exemplo, devemos distinguir entre prevenir e tentar prevenir. Aqui cabe estar preparado para encontrar infelicidades. (...) Já que os nossos atos são atos, sempre temos que nos lembrar da distinção entre produzir efeitos ou conseqüências que são intencionais ou não intencionais; e entre (I) quando a pessoa que fala tenciona causar um efeito que pode, contudo, não ocorrer e (II) quando a pessoa que fala não tenciona causar um efeito ou tenciona deixar de causá-lo e, contudo, o efeito ocorre. Para enfrentar a complicação (I) invocamos, como já fizemos, a distinção entre tentar e conseguir; para enfrentar a complicação (II) invocamos os recursos lingüísticos normais para negar nossa responsabilidade (advérbios como ‘não intencionalmente’ e outros), disponíveis para uso individual em todos os casos de realização de ações. (Austin, 1990, p.93)

A constatação de que as declarações também estão expostas às infelicidades, ou seja, a falhas ou tropeços, serviu a Austin como mais uma atestação de que a linguagem é toda ela performativa, pois através desses “erros” diferentes atos de fala são realizados. “Suponhamos que alguém ‘diga algo que realmente não quis dizer’- use a palavra errada – diga ‘o gato está sobre o tapete’ quando queria dizer ‘pato’”. (Austin, 1990, p.114) A discussão destes tipos de infelicidades, não deve se pautar em termos de significado ou referência, pois o que deve ser examinado não é apenas a sentença em si, mas o ato de emitir um proferimento numa situação lingüística; ou seja, declarar é realizar um ato.

Através destas colocações que colhemos do pensamento de Austin, podemos esboçar uma aproximação destas suas considerações com os atos falhos para a psicanálise. Diante destas considerações podemos dizer que os atos falhos

são ações, são fazer algo com a fala, enfatizando a concepção da fala como ato. Para Freud, os equívocos possuem um significado psicológico e, portanto, merecem ter reconhecido o seu valor de ato.

Dos vários exemplos que encontramos em *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, percebemos esta característica: o desconcerto, a surpresa, a vergonha ou até mesmo a hilaridade são efeitos certos dos deslizamentos da fala. Estas reações mostram que o inconsciente interveio.

Um exemplo de troca de palavras fornecido por Meringer (1900), é muito interessante:

É provável, que ainda se recorde a maneira como, não faz muito tempo, o presidente da Câmara de Deputados do Parlamento austríaco *abriu* a sessão: ‘Senhores Deputados; constato a presença dos membros dessa casa em *quorum* suficiente e, portanto, declaro *encerrada* a sessão!’. (Freud, 1996[1901], p.72 – grifos no original)

A explicação dada pelo autor foi que é muito freqüente permutar entre si palavras de sentido oposto, pois elas estão associadas em nossa consciência lingüística; sem dúvida o presidente desejava secretamente encerrar a sessão, da qual pouco havia de bom a esperar.

Segundo os conceitos de Austin, tanto abrir como encerrar uma sessão são atos de fala exercitativos, mas cada um realiza ações bastante diferentes. O presidente, imbuído de seus poderes, pretendia abrir a sessão, mas ao invés disto, declara-a encerrada. Provavelmente os ouvintes (deputados), assim como o próprio presidente, imediatamente perceberam o “erro” e o corrigiram, sem maiores conseqüências. Já um ato falho que ocorre durante uma sessão analítica, ganha uma outra conotação do que aqueles que se dão em nosso dia a dia, pois a escuta do analista não se contenta em tomá-lo como mero efeito de desatenção, mas concede-lhe o valor de ato.

Outra característica que demonstra ser mais uma evidência de que a fala não é pura descrição ou pura expressão de um pensamento (consciente), como defendia a perspectiva clássica de linguagem, também pode ser viabilizada pelo viés dos atos falhos. Freud mesmo atenta para isso ao dizer: “É freqüente a situação em que a idéia que se quer reter é precisamente a que se impõe sob a forma de um lapso da fala”. (Freud, 1996 [1901], p.77) Muitas vezes dizemos coisas que não queríamos, ou melhor, que não tínhamos a intenção de dizer. A

própria atividade da fala pode nos trair, ou seja, trair nossas intenções egóicas, pois não temos total controle sobre ela. Os atos falhos não correspondem a uma decisão consciente: “o ato se dá à revelia do sujeito, ele se vê desalojado de uma posição em que se sente no controle, decidindo sobre o que faz”. (Rudge, 1998, p.128) Através de lapsos acabamos por fazer ou provocar coisas diferentes, que não tencionávamos.

Com assombro, observa-se então como o texto de uma afirmação anula a intenção dela e como o lapso da fala expõe uma insinceridade interna. O lapso transforma-se aqui num meio de expressão mímica – freqüentemente, decerto, a expressão de algo que não se queria dizer: torna-se um meio de trair a si mesmo. (Freud, 1996[1901], p. 97)

A concepção de lapsos da fala apresentada na *Psicopatologia* se refere desde os erros mais triviais, até os mais notáveis. As leis que os regem independem do material lingüístico utilizado ou de que língua se trate, isto é, abrange o ato de falar de forma geral. Além disso, podemos deduzir uma visão de linguagem que, no mínimo, pode ser considerada avançada para a época, quando Freud pontua que as perturbações da fala não incidem apenas na palavra isolada, mas também podem incidir no ritmo e na enunciação do dito, ou seja, não se restringe ao aspecto locucionário do ato de fala, mas também pode afetar o aspecto ilocucionário. Quando, por exemplo, vamos fazer um pedido a alguém e a fala sai de uma maneira ríspida, constituindo-se como uma ordem; ou quando queremos afirmar algo, mas nossas próprias dúvidas e inseguranças nos fazem gaguejar e quase não conseguimos falar. Para Freud, estes casos também são frutos de um conflito interno que nos é denunciado pela perturbação da fala.

Freud amplia ainda mais este princípio elucidativo, demonstrando que ele pode ser utilizado até mesmo para avaliar o estilo de um autor.

A maneira clara e inambígua de escrever mostra-nos que o autor está de acordo consigo mesmo; quando encontramos uma expressão forçada e retorcida, que, segundo o apropriado dito, aponta para mais de um alvo, ali podemos reconhecer a intervenção de um pensamento insuficientemente elaborado, complicado, ou escutar os ecos velados da autocrítica do autor”. (Freud, 1996[1901], p.110)

Na seção dedicada aos equívocos na ação Freud ressalta as seguintes características: eles sempre têm uma intenção, um sentido e atingem seu objetivo com infalibilidade. No entanto, esta intenção é inconsciente e só poderá ser analisada após a ocorrência do ato. Eles se manifestam como uma perturbação de

outros atos tencionados, por exemplo, tentar pegar algo e deixar quebrar; ir cumprimentar alguém e “sem querer” derrubar-lhe uma taça de vinho etc. Até mesmo cair, dar um passo em falso e escorregar, pode não se tratar de meros acidentes, e Freud chega a dizer que o próprio duplo sentido que a linguagem confere a essas expressões indicam o tipo de fantasias que se podem representar por meio desses desequilíbrios corporais.

Por este viés das ações equivocadas podemos deduzir que não só a linguagem assume um valor de ato na teoria freudiana, como as ações também adquirem um sentido, compondo também o domínio da linguagem. “A linguagem está envolvida na ação como o campo que permite que uma ação, tal como o tagarelar do movimento dos dedos, equivalha a uma fala”. (Rudge, 1998, p.126)

Percebemos também de forma bastante clara o valor dado ao contexto para a construção do sentido de algo, o que demonstra que para Freud a significação era, tal como para Austin, relativa ao contexto: “Os atos estabados de modo algum têm um sentido constante, mas servem como meio de representar esta ou aquela intenção conforme as circunstâncias”. (Freud, 1996[1901], p.177) O sentido, portanto, não é fixo, nem determinado; vai depender das circunstâncias, até mesmo em atos estabados.

Freud dá exemplos dele próprio, quando sacava as chaves de sua casa ao chegar nas casas de alguns pacientes. Isto ocorria nas casas de cujos pacientes ele mais se afeiçoava, sendo equivalente ao pensamento: “Aqui me sinto em casa”. (Freud, 1996[1901], p.168)

Jones (1911), também fornece exemplos de situações envolvendo o uso de chaves. Quando está em casa e é convocado a ir ao hospital contra sua vontade para alguma tarefa de rotina, é provável que utilize a chave da escrivaninha de casa ao tentar abrir a porta de seu laboratório – este equívoco demonstra onde ele queria estar naquele momento. Aqui notamos que o mesmo tipo de equívoco adquire diferentes significados dependendo do contexto em que ocorre, pois o próprio Jones passou por uma situação onde se viu tentando abrir a porta de uma instituição (da qual ocupava um cargo inferior e por isso deveria tocar a campainha) com as chaves de casa – este equívoco revelou seu desejo de poder sentir-se em casa ali.

Todo ato falho pertence ao campo da linguagem. No capítulo dedicado aos “erros”, Freud aponta que tanto nos erros de memória, como nos lapsos de

fala ou de escrita, houve alguma perturbação devida a processos psíquicos situados fora de nossa intenção consciente. Diz Freud: “Somente a complacência do material lingüístico é que possibilita a determinação dos erros e, ao mesmo tempo, marca seus limites”. (Freud, 1996[1901], p.221).

Uma importante nota de rodapé acrescentada por Strachey remete aos diferentes lugares em que Freud comenta a característica de plasticidade da linguagem. Um destes momentos é no livro sobre os chistes, quando, falando a respeito do trocadilho ele escreve: “As palavras são um material plástico com o qual *se pode fazer toda sorte de coisas*”. (Freud, 1996[1901], p.48 – grifos nossos) Através da fala podemos afirmar, negar, convencer, enganar, insultar, apostar, batizar, contar uma história ou uma piada etc. Ao nos depararmos com esta passagem foi impossível deixar de lembrar o título do livro de Austin: *How to Do Things with Words*, ou seja, “como fazer coisas com palavras”, o que mostra que ambos os autores, apesar de pertencerem a campos teóricos distintos e a épocas diferentes apresentam algumas ressonâncias na forma de considerar a linguagem.

Psicopatologia da Vida Cotidiana é recheado de exemplos de atos falhos, dos quais podemos citar mais alguns a título de ilustração:

- “Uma jovem senhora que costumava dar as ordens em casa contou-me que o marido, adoentado, fora ao médico para saber que tipo de dieta deveria seguir. O médico, entretanto, disse-lhe que não se importasse com isso. ‘Ele pode comer o que *eu* quiser’, concluiu ela”. (Freud, 1996[1901],p.82)
- um professor, conhecido por sua presunção, após uma aula bastante complicada à qual todos os alunos afirmaram ter compreendido, disse: “Mal posso acreditar nisso, pois mesmo em Viena, com seus milhões de habitantes, os que entendem das cavidades nasais podem ser contados *num dedo*, quero dizer, nos dedos da mão”. (Freud, 1996[1901],p.90)
- “Em outra ocasião, disse o mesmo professor: ‘No caso dos órgãos genitais femininos, apesar de muitas *Versuchungen* [tentações] – perdão, *Versuche* [tentativas]...’ (Freud, 1996[1901], p.90)

Os exemplos compilados no livro foram retirados de experiências do próprio Freud (sejam autobiográficas ou de pessoas de seu conhecimento) ou fornecidos por seus colegas. Eles têm em comum o fato de tratar da vida cotidiana das pessoas, o que é ressaltado pelo próprio autor.

Temo que todos os exemplos que apresentei até aqui pareçam simplesmente banais. Mas, afinal, só pode convir a meu objetivo esbarrar em coisas familiares a todos e por todos entendidas de igual maneira, já que só me proponho compilar material do cotidiano e aproveitá-lo cientificamente. Não vejo por que a sabedoria, que é o precipitado das experiências comuns da vida, deva ser excluída das aquisições da ciência. (Freud, 1996[1901], p.163)

Chegamos assim, como sugere o próprio título do livro, a uma fluidez da fronteira entre o normal e o patológico. Todas estas formulações sobre o ato falho, não se aplicam apenas aos neuróticos; muito pelo contrário podem ser aplicadas à fala de modo geral.

Apesar de não ter focado assuntos metapsicológicos, Freud postula que os mecanismos psíquicos de produção dos atos falhos se assemelham à formação dos sonhos e dos sintomas neuróticos. Estes fenômenos se devem a um material psíquico incompletamente suprimido que, apesar de repellido pela consciência, encontrou vias alternativas para se expressar. Cabe aqui uma breve consideração sobre a formação de compromisso, processo que encontramos na gênese destes fenômenos. O material que demonstra certa ameaça à consciência é dela repellido, recalcado, tornando-se inconsciente. Este material recalcado, através dos mecanismos de deslocamento e condensação, tem seu conteúdo alterado e o aspecto ofensivo atenuado, podendo, assim, passar pela censura e chegar à consciência. Como resultado são produzidos os sonhos, os atos falhos e os sintomas neuróticos.

O lapso é um compromisso entre o pensamento reprimido e a força repressora em que ambos são vencidos e vencedores: o pensamento reprimido só se manifesta distorcidamente e a força repressora apenas mascara seu fracasso. Mas a manifestação (embora deformada) e o mascaramento (ainda que parcial) são resultado de um conflito, em que, por assim dizer, os contendores terminaram empatados. (Mezan, 1998, p.105)

Uma leitura diferenciada é sugerida por Rudge (1998) mostrando que se procurarmos as diferenças entre os atos falhos e os sonhos, ao invés das semelhanças perceberemos logo de cara que ao contrário dos sonhos os atos falhos têm domínio da motilidade e incidem diretamente sobre o social,

provocando efeitos e respostas diversas (desde perda de objetos, até reações enérgicas dos interlocutores que podem interpretar as intenções envolvidas nos atos falhos, mesmo que quem o comete não as reconheça como verdadeiras). A resposta interpretativa dos outros a estes atos é uma intermediação necessária “para a tomada de responsabilidade sobre os efeitos do ato e os impulsos que expressam”. (Rudge, 1998, p.125) A análise da intenção dos atos falhos (como dos atos de fala de forma geral) só pode ser feita *a posteriori*. “No momento em que ele se dá, é apenas algo da ordem do desastramento, equívoco ou erro”. (Rudge, 1998, p.129)

Na perspectiva freudiana, o sujeito deixa de ser o centro, a causa do ato de fala e passa a ser efeito desse ato. Não basta dizer que o ato falho é fruto de uma determinação inconsciente. É preciso considerar os elementos que estão em jogo na constituição de seu sentido: elementos intrapsíquicos (deslocamento e condensação) e extrapsíquicos (o sentido vai depender do contexto, assim como da própria reação dos interlocutores). Estes e os demais fatores que assinalamos até aqui, reforçam a leitura que estamos empreendendo da obra de Freud.

4.1.2

Fala perversa: uma fala em ato por excelência

Outra forma de aproximar a psicanálise e a filosofia da linguagem austiniana pode ser viabilizada por uma abordagem do discurso em jogo na perversão. Talvez um dos facilitadores de tal aproximação seja o fato de que no discurso perverso torna-se mais transparente a questão do desejo e da transgressão no cerne da linguagem, enfatizando seu aspecto de vínculo social. É o que fez, por exemplo, Felman (1980) ao abordar a perversão da linguagem como um forma de “parasitar o performativo”, um abuso do performativo da maneira como foi definida por Austin.

O enfoque que queremos dar a perversão não se limita de modo algum, ao comportamento sexual. Também não a localizamos como uma estrutura clínica fixa e bem delimitada, pois além da dificuldade de sustentar teoricamente tal postura (Berendonk; Rudge, 2002), até mesmo sua validade pode ser questionada. Nossas intenções não são diagnósticas. Parece-nos muito mais vantajoso para a clínica, que pensemos em termos de uma dinâmica perversa ao invés de uma

estrutura. Até porque muito do que é dito das características do perverso, pode pertencer também a um neurótico ou psicótico. Enfim, parece mais coerente pensarmos em termos de traços perversos, atos perversos, dinâmica perversa, estilo perverso, e não da perversão como uma entidade.

O terreno da perversão é de enorme abrangência, podendo estar presente em todas as relações sociais do sujeito. Quando dizemos “todas as relações” não se trata de um exagero de nossa parte: podemos encontrar um componente perverso em relações familiares, amorosas, profissionais, religiosas, enfim, de todos os tipos.

A psicanálise apresenta como uma marca do perverso sua extrema habilidade em provocar angústia no outro (Lacan, 1962/63); esta é uma forma engenhosa dele se livrar de sua própria angústia. Podemos dizer que este mecanismo de defesa se assemelha muito à identificação projetiva, isto é, ele projeta uma parte de si (sua angústia) no outro, fazendo com que o outro fique angustiado e ele se livre dela. Assim, ele consegue se manter num lugar de triunfo, de superior. Esse efeito não é obtido apenas nas relações sexuais, como no caso do sadismo, por exemplo. Pode-se obter tal efeito até mesmo numa conversa. Corroborando esta idéia, escreve André,

(...) estou convencido de que existe uma maneira perversa de enunciar a fantasia (...). A perversão, em suma, é uma questão de estilo. Com isso quero dizer que é em sua própria fala que o perverso começa a atuar. (André, 1995, p. 43)

É justamente por este viés que perversão e linguagem podem ser articuladas. Esta parece ser uma forma bastante promissora de análise da perversão e que pode fornecer contribuições valiosas para a prática clínica. Uma pessoa pode fazer um uso extremamente perverso da linguagem, não importando aí qual a sua classificação em termos de diagnóstico.

Falando em termos austinianos, podemos dizer que a “fala perversa” é extremamente performativa, ou seja, é uma fala que faz, é uma linguagem-ato. Um dos grandes feitos das idéias de Austin é que elas remetem a uma ética do discurso, do diálogo. Não existiriam regras metalingüísticas pairando sobre a língua, determinando um modo certo ou errado de um diálogo, mas apenas condições de felicidade, todas remetidas à dimensão de ato da fala. No caso da promessa, exemplo paradigmático, assumimos perante nosso interlocutor um

papel de devedores (caráter contratual dos atos de fala) e este, seguindo a “ética do discurso” poderá nos cobrar por isso. Como o próprio autor diz,

(...)pode ocorrer, nos casos de implicação lógica, que a maneira pela qual uma sentença implica outra seja semelhante à maneira pela qual ‘Prometo’ implica logicamente ‘Devo’. (...)Uma asserção nos compromete com outra asserção e uma realização nos compromete com outra realização. (Austin, 1990, p.56)

Essas “regras austinianas” não foram criadas para serem entendidas e cumpridas como leis do discurso, mas apenas como um critério de análise da fala enquanto ato. Todos nós, seres falantes, estamos familiarizados com certas transgressões destas “condições austinianas” para performativos felizes. Muitas delas, de tão freqüentes, acabaram se tornando convencionais e contribuindo para o convívio social, como é o caso de prometer visitar um amigo que não se vê há muito tempo, já sabendo que não vai cumprir (o que seria um caso de *insinceridade*). Este ato de fala acabou se transformando em um sinal de cortesia entre amigos. Austin, talvez dissesse que este ato deixou de pertencer à família dos comissivos (referentes a compromissos), passando a ser apenas comportamental.

Contudo, existem pessoas capazes de certas “artimanhas” com as palavras que chamam nossa atenção. Elas realizam um tipo de jogo com a linguagem que, geralmente, produz efeitos nos que estão a sua volta. Vamos esboçar agora algumas características deste “tipo” de jogo com as palavras.

Concordando com a colocação de André (1995) de que é pela palavra que o perverso começa a atuar, apontamos que esta é uma fala repleta de performatividade. Isto pode ser dito baseado nos efeitos que ela é capaz de produzir nos outros. Não é qualquer tipo de fala que tem força capaz de deixar o outro angustiado, amedrontado, inferiorizado, deprimido, ou até mesmo perdidamente apaixonado.

Aproximamo-nos, assim, do terreno da sedução. Convoquemos, portanto, o grande mestre nesta arte:

Há uma doçura extrema em dominar, com cem ou mil galanteios, o coração de uma jovem esplêndida, vendo, dia a dia, o progresso de nossa penetração... em sua ânsia. Invasão, com lances de arrebatamento, prantos e promessas, o pudor inocente de uma alma e vendo-a, aos poucos, perdendo qualquer vontade de se defender. (Molière, tradução de Millôr Fernandes, 2002, p.13)

Estas são palavras de Don Juan, personagem principal da peça de Molière escrita no século XVII. Através da atuação deste verdadeiro conquistador, somos reconduzidos a uma discussão sobre a promessa. A arma de Don Juan é, evidentemente, sua fala; por meio de palavras ele executa sua sedução de forma infalível: quando fala, ele não falha.

Soshana Felman (1980) chega a dizer que se trata de uma peça sobre a promessa. A autora, tendo como pano de fundo a teoria dos atos de fala de Austin desenvolveu uma análise desta obra, procurando mostrar como podemos encontrar nela duas concepções distintas de linguagem: uma constativa e outra performativa. Enquanto a maioria dos personagens compartilha uma visão constativa, estando, portanto, sempre preocupados com a veracidade ou falsidade do que está sendo dito, Don Juan estaria mergulhado na performatividade. Para ele dizer é fazer e fazer é fazer crer:

Mas será que nenhuma das duas sabe o que é, ou significa, uma promessa, sem que eu tenha que explicar? Por que me obrigar – sinto-me bem constrangido! – a repetir tudo que já disse anteriormente? (...) Discursos, explicações, palavras – isso em nada adianta. Se você crê em minha promessa, nenhuma repromessa é necessária. Se já não crê, que adianta eu te milprometer? (Molière, tradução de Millôr Fernandes, 2002, p. 52)

Podemos dizer que Don Juan perverte a promessa do ponto de vista austiniano, já que apesar de abusar da performatividade da fala, ele transgredir, ou melhor, simplesmente passa por cima da dimensão contratual que ela implica. Mas da perspectiva do próprio Don Juan, ele não mente jamais: apenas brinca com o caráter auto-referencial dos enunciados performativos em seu discurso sedutor.

O interesse de abordar a perversão através dessa perspectiva da linguagem, como propõe Felman, é seu uso como mais uma ferramenta clínica, já que atentos para o efeito na clínica de uma fala perversa, mais pelo que ela faz do que pelo que relata, isto pode servir de impulso para uma clínica da perversão, muitas vezes considerada como impossível.